

GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP): DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES

Sarah Porto da Paixão Barbosa Pereira¹
Fabricia Sônego²

Resumo: Este estudo compõe o Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Gestão Escolar, desenvolvida no Instituto Federal Farroupilha, que teve por objetivo investigar se os princípios da gestão democrática acompanham os movimentos percebidos nos Projetos Político Pedagógicos (PPPs), ao longo dos anos, na Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. Caracteriza-se por um estudo de caso, com perspectiva qualitativa, e ancorou-se na Análise Textual Discursiva (Moraes e Galiazzi, 2006), com análise documental dos cinco PPPs da instituição. Autores como Veiga (2009); Luck (2009); Libâneo (2012); Oliveira & Toschi (2012), entre outros, auxiliam no diálogo decorrente do estudo sobre a gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico. Dentre o emergente da pesquisa, destaca-se que todos os PPPs pontuam, de algum modo, as feições dos documentos, o processo de elaboração e os participantes, como também sinalizam a revisão ou atualização de tais documentos. Ademais, os cinco PPPs apontam, em várias partes, os princípios da gestão democrática, no tocante à participação, descentralização e autonomia da instituição, como relações de proximidade e de distanciamento entre a gestão democrática e os movimentos percebidos ao longo dos anos, que foram registrados nos PPPs da instituição.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Projeto Político Pedagógico; Gestão Democrática.

DEMOCRATIC MANAGEMENT AND THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT (PPP):

¹ Mestre em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI - UFRPE/Fundaj); Especialista em Gestão Escolar (IFfar) e Pedagoga pela UFRPE (2017). Contato: sarah.portop@gmail.com. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3842296504205792>>. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-5456-0236>>.

² Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional pela UFSM (2017); Pedagoga (UFSM); Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; atua junto à Coordenação Geral de Pós-Graduação do IFFar e integra o Grupo de Estudos em Políticas e Gestão da Educação (GEPGE). Contato: fabricia.sonego@iffarroupilha.edu.br. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4577504792929464>>. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-8094-9165>>.

distancing and approximations

Abstract: This study is part of the Course Conclusion Work for the Specialization in School Management, developed at the Farroupilha Federal Institute, which aimed to investigate whether the principles of democratic management accompany the movements seen in the Pedagogical Political Projects (PPPs) over the years at the Nossa Senhora do Loreto Municipal School, in Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. It is characterized by a case study, with a qualitative perspective, and was anchored in Discursive Textual Analysis (Moraes and Galiazzi, 2006), with documentary analysis of the institution's five PPPs. Authors such as Veiga (2009); Luck (2009); Libâneo (2012); Oliveira & Toschi (2012), among others, helped with the dialog that emerged from the study on democratic management and the Pedagogical Political Project. Among what emerged from the research, it is worth noting that all the PPPs point out, in some way, the making of the documents, the drafting process and the participants, as well as signaling the revision or updating of such documents. In addition, the five PPPs point out, in various parts, the principles of democratic management, in terms of participation, decentralization and autonomy of the institution, as relations of proximity and distance between democratic management and the movements perceived over the years, which were recorded in the institution's PPPs.

Keywords: School Management; Pedagogical Political Project; Democratic management.

GESTIÓN DEMOCRÁTICA Y PROYECTO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP): distanciamientos y aproximaciones

Resumen

Este estudio forma parte del Trabajo de Conclusión del Curso de Especialización en Gestión Escolar, desarrollado en el Instituto Federal Farroupilha, que tuvo como objetivo investigar si los principios de la gestión democrática acompañan los movimientos observados en los Proyectos Políticos Pedagógicos (PPP) a lo largo de los años en la Escuela Municipal Nossa Senhora do Loreto, en Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. Se caracteriza por ser un estudio de caso, con perspectiva cualitativa, y se basó en el Análisis Textual Discursivo (Moraes y Galiazzi, 2006), con análisis documental de los cinco PPP de la institución. Autores como Veiga (2009); Luck (2009); Libâneo (2012); Oliveira & Toschi (2012), entre otros, colaboraron con el diálogo surgido del estudio sobre la gestión democrática y el Proyecto Político Pedagógico. Entre lo que surgió de la investigación, cabe destacar que todos

los PPP señalan, de alguna manera, la elaboración de los documentos, el proceso de redacción y los participantes, además de señalar la revisión o actualización de dichos documentos. Además, las cinco APP señalan, en diversas partes, los principios de la gestión democrática, en términos de participación, descentralización y autonomía de la institución, como relaciones de proximidad y distancia entre la gestión democrática y los movimientos percibidos a lo largo de los años, que quedaron registrados en las APP de la institución.

Palabras clave: Gestión escolar; Proyecto Político Pedagógico; Gestión democrática.

INTRODUÇÃO

A educação, direito de todos e dever do Estado, é assegurada pela Constituição Federal Brasileira (CF), essa, por sua vez, destaca a gestão democrática como um princípio constitucional que prevê a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (CF, 1988, art. 206, inciso VI). A materialização deste princípio se dá através de práticas participativas, efetivadas pelas comunidades escolares envolvidas na área da educação, muitas delas por meio de conselhos, os quais são órgãos colegiados que caracterizam parte importante do alicerce democrático da educação brasileira.

A participação prevista nos conselhos pressupõe a gestão democrática, e pode ser percebida por meio da consolidação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) nas escolas. Em vista disso, a “gestão democrática deve ser compreendida não apenas como um princípio, mas também como um objetivo a ser atingido” (Veiga, 2009, p. 169). Para isso, a gestão democrática na escola envolve a participação de toda comunidade escolar atuando na promoção de uma educação de qualidade.

Conforme afirma Tauchen, “o objetivo da gestão nada mais é do que a promoção de aprendizagens efetivas e significativas aos sujeitos escolares, contribuindo para o desenvolvimento de competências demandadas pela vida em sociedade” (Tauchen, 2013, p. 12). Desse modo, o desenvolvimento dos estudantes implica educação de qualidade; e a gestão escolar democrática,

por possuir como princípios a autonomia, participação e descentralização, traz consigo essa característica (Tauchen, 2013).

Aqui, vale destacar que a gestão democrática contempla a criação de um projeto de escola construído com a participação efetiva da comunidade escolar, envolvida nas diversas dimensões que compõem a instituição escolar, sejam elas administrativas, pedagógicas, financeiras, etc. Portanto, os princípios democráticos exigem a participação, o planejamento e a avaliação coletiva, para a construção da educação de qualidade. Segundo Veiga (2009, p. 168) “qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente, [...] a escola tem condições de intervir para melhorar sua qualidade, de acordo com seus próprios critérios e prioridades”; e a forma desta intervenção está na participação da comunidade escolar nas decisões e definições da escola.

Em vista do exposto, a temática deste estudo partiu da reflexão sobre a gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico (PPP) como ferramenta de consolidação da primeira. Para tanto, o presente trabalho teve como objetivo investigar se os princípios da gestão democrática acompanham os movimentos dos Projetos Político Pedagógicos ao longo dos anos, dado que o PPP, além de ser um importante documento norteador, é um instrumento de trabalho nas escolas, que deve ser construído coletivamente, contemplando as orientações e diretrizes da instituição escolar, tendo em vista que apresenta um rumo, uma direção, um compromisso estabelecido coletivamente, caracterizando uma ação promotora da gestão democrática na escola.

Nesse sentido, este estudo partiu dos seguintes questionamentos: “Como se deu o processo de construção do Projeto Político Pedagógico na Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, no município de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco? Quais movimentos perpassam a construção e reconstrução do PPP, e como esses movimentos se aproximam dos princípios da gestão democrática previstos na legislação?”

Para dar conta de buscar possíveis respostas a tais questionamentos, investigou-se os princípios da gestão democrática e a atualização dos PPPs da

Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, desde sua criação até os dias atuais. As etapas que possibilitaram a pesquisa incluiu a coleta dos PPPs da escola, verificando os anos de elaboração de cada nova versão; a análise para verificar se os PPPs foram atualizados e com que periodicidade; o mapeamento dos princípios da gestão democrática nos documentos e a avaliação dos textos, para ver se contemplam os princípios da gestão democrática.

Desse modo, a relevância deste estudo dá-se pela verificação da evolução ou estagnação do documento norteador do trabalho escolar, à medida que os documentos vão sendo atualizados ou não, na instituição, como forma de aprimoramento do trabalho coletivo desenvolvido na escola.

O texto está dividido em seções, e inicia pela parte introdutória, com as informações básicas da proposta da pesquisa, seguida da metodologia, onde é apresentado o percurso metodológico escolhido. Na sequência, têm-se os metatextos permeados pela revisão teórica e pelos resultados emergidos do estudo, culminando nas considerações finais, que apresentarão as conclusões e reflexões resultantes deste trabalho.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, partiu da temática acerca da gestão democrática, objetivando averiguar a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) como ferramenta de consolidação dela. A natureza qualitativa do estudo buscou compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, possibilitando explicar o porquê das coisas, por meio de diferentes abordagens (Gerhardt e Silveira, 2009). Fez-se uso do estudo de caso, uma vez que “os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo” (Ludke e Andre, 1986, p. 19).

A fim de compreender os movimentos presentes nas construções e reconstruções dos PPPs, investigou-se os princípios da gestão democrática e a evolução dos Projetos Político Pedagógicos da Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto.

A escola em questão fica situada no município do Jaboatão dos Guararapes, no bairro de Piedade, em Pernambuco, e atende as comunidades circunvizinhas. A instituição é caracterizada como uma escola municipal de ensino básico, que oferta as turmas da educação infantil e do ensino fundamental (anos iniciais, modalidade que abrange crianças entre 04 a 12 anos), com aulas nos períodos matutino e vespertino. Segundo os PPPs da instituição, ela iniciou suas atividades no ano de 1991, nas proximidades da igreja católica Nossa Senhora do Loreto, no bairro de Piedade, resultante de ação social da própria igreja. Após algum tempo, foi municipalizada, e atualmente funciona em um prédio alugado pela prefeitura.

Para este estudo, a escola foi contactada via *e-mail*, no qual descreveu-se a pesquisa e solicitou-se os Projetos Político Pedagógicos da instituição, desde sua criação até a data da coleta de dados. A partir da solicitação, foram-nos enviados cinco documentos em formato PDF, via *google drive*, correspondentes aos anos de 2011, 2016, 2019, 2022 e 2023. Após a obtenção do material, a coleta de dados deu-se pelo estudo documental dos PPPs supracitados, aliado à breve revisão bibliográfica sobre a temática, a fim de fundamentar o estudo. Nesta etapa, listou-se textos (artigos e livros), selecionados com base nos materiais trabalhados durante o curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Escolar, do qual decorre esta pesquisa. A seleção do material teórico levou em consideração as temáticas relativas à “gestão escolar”, “gestão democrática”, e “Projeto Político Pedagógico (PPP)”.

No tocante à metodologia para a análise dos dados coletados, utilizou-se a Análise Textual Discursiva (ATD), proposta por Moraes e Galiuzzi (2006), a qual é composta por três momentos, sendo eles: a unitarização; a categorização; e a comunicação de metatextos (Moraes e Galiuzzi, 2006).

No primeiro momento, denominado “unitarização”, ocorreu a desmontagem dos textos e os materiais foram examinados detalhadamente. O *corpus* de análise composto pelos PPPs relativos aos anos de 2011, 2016, 2019, 2022 e 2023 foram lidos e unitarizados em uma tabela de coleta de dados, que resultou em unidades conceituais, organizadas a partir de três categorias previamente elencadas, a saber: processos de construção do PPP, indicação de atualização ou revisão do PPP e princípios da Gestão Democrática. Após essa primeira organização, realizou-se a leitura dos artigos selecionados na pesquisa bibliográfica, gerando as unidades teóricas que novamente foram organizadas na tabela de coleta de dados, levando em consideração as categorias prévias.

Num segundo momento, denominado de “categorização”, houve o estabelecimento de relações a partir da observação das unidades conceituais provenientes dos PPPs e das unidades teóricas, decorrentes da literatura consultada, que evidenciaram três categorias: participação e planejamento; organização e objetivos, e; princípios e conceitos da gestão democrática. O quadro a seguir apresenta a organização realizada na construção das categorias.

Quadro 1 - Constituição das categorias da ATD.

Categorias pré-estabelecidas (iniciais) (a partir das unidades conceituais: PPPs)	Categorias identificadas (intermediárias) (emergidas partir das unidades teóricas: literatura + unidades conceituais: PPPs)	Categorias emergentes (finais) (análise/resumo das duas anteriores. Darão origem aos metatextos)
Processos de construção do PPP	Participação e planejamento	Envolvimento, intenções e caminhos percorridos na feitura dos PPPs
Indicação de atualização ou revisão do PPP	Organização e objetivos	Ações e sentidos da gestão democrática
Princípios da gestão democrática	Princípios e conceitos da gestão democrática	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Por fim, no terceiro momento, ocorreu a “captação do novo emergente” (indicado no quadro anterior), oportunizando a construção de metatextos (Moraes, 2003). Nesta etapa, a tabela de coleta de dados (unidades conceituais e unidades teóricas) deu lugar à análise e interpretação dos dados, em que as unidades conceituais, identificadas nos PPPs e organizadas a partir de categorias pré-estabelecidas, foram confrontadas com as unidades teóricas identificadas na literatura, fazendo surgir, com isso, novas categorias, que constituíram as categorias emergentes e deram origem à interpretação dos resultados, apresentada nos metatextos que compõem a seção a seguir.

A partir da explanação acerca da “gestão escolar”, “gestão democrática” e Projeto Político Pedagógico nasceram as reflexões iniciais deste estudo que, após o processo de coleta, retomada, análise, revisão, imersão e emersão, culminaram em duas categorias emergentes que norteiam as seções a seguir e constituem os achados da pesquisa. Porém, antes de adentrarmos nessas reflexões, faz-se necessário contextualizar os achados da pesquisa de forma geral.

Foram cinco os PPPs analisados, que correspondem aos anos de criação em 2011, 2016, 2019, 2022 e 2023. O PPP de 2011 foi o mais antigo no conjunto disponibilizado pela instituição, mas indica que não foi a primeira proposta da instituição. Além disso, apesar de versar acerca dos recursos recebidos pela escola, como o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e PDE (Programa Dinheiro na Escola), não detalha a destinação dos valores. O documento de 2011 não indica, em nenhum momento de seu texto, uma revisão do documento, mas traz “rabiscos” contendo trechos e marcações para retirar ou acrescentar algo, o que sugere que o documento passou por uma revisão. Na página 02, há uma assinatura com o carimbo da Secretaria de Educação do município, que demonstra que o PPP foi revisado e há a indicação de rever alguns aspectos.

O PPP de 2016 não apresenta a bibliografia ao final do arquivo, o que parece demonstrar que ele está incompleto, tendo em vista que as

referências aparecem nos demais documentos. A partir do PPP de 2019, os documentos passaram a ser mais embasados teoricamente, utilizando autores referências nos estudos do tema da gestão democrática, para fundamentar os ideais do Projeto Político Pedagógico. Por fim, os PPPs de 2022 e 2023 apresentam basicamente o mesmo texto durante todo o documento, com pequenas modificações que dizem respeito à ordem de alguns tópicos ou à nomenclatura.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A gestão democrática é um tema que faz parte das discussões da sociedade, em especial das relações pedagógico-administrativas na esfera educacional. Amplamente discutido, parece, num primeiro momento, um assunto esgotado, porém, ao contrário disso, a discussão coloca-se como um tema inerente a sua existência, uma vez que a efetivação de uma gestão democrática está longe de ser um assunto conclusivo.

Nesse sentido, este estudo teve a pretensão de identificar as relações de proximidade e distanciamento da gestão democrática nos textos referentes aos Projetos Políticos Pedagógicos de uma instituição escolar em específico, a fim de observar se esse movimento de presença e efetivação da gestão democrática realmente acontece. Para isso, apresentamos a seguir uma breve contextualização teórica, seguida do emergente acerca do PPP como ferramenta de consolidação da gestão democrática.

Gestão escolar, Gestão Democrática e PPP: um breve debate teórico

A educação é um processo organizado, sistemático e intencional, ao mesmo tempo em que é complexo, dinâmico e evolutivo, em vista do que demanda não apenas um grande quadro funcional, como também a participação da comunidade, dos pais e de organizações diversas, para efetivá-lo com a qualidade necessária que a sociedade tecnológica da informação e do conhecimento demanda (Luck, 2009, p.19).

A escola é um organismo vivo, composta por pessoas, saberes e culturas. Por isso, necessita ser organizada e gerida de forma coletiva. Nesse sentido, compreender o conceito de “gestão escolar” faz parte do processo de aprendizagem do que é gerir e gestar uma instituição escolar.

Desse modo, podemos compreender a gestão como uma “atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos (Libâneo, 2012, p. 438)”. Aliado ao conceito de “gestão”, trazido pelo autor, como uma forma de proceder ações em prol da instituição, podemos pensar a gestão escolar como uma ação ainda maior, pois

a gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos (Luck, 2009, p. 23).

Sendo assim, a gestão escolar pode ser entendida como uma atividade cercada de processos e etapas de construção e reconstrução, que deve levar em consideração valores que orientam as ações educativas, uma vez que possui uma cultura organizacional. Esta, caracteriza-se por “um conjunto de conhecimentos, valores, crenças, costumes, modos de agir e de comportar-se adquiridos pelos seres humanos como membros de uma sociedade” (Libâneo, 2012, p. 439).

Essa cultura, porém, pode ser modificada pelas pessoas, pode ser discutida, avaliada, planejada, num rumo que responda mais de perto aos interesses e às aspirações da equipe escolar, o que justifica a formulação conjunta do projeto pedagógico-curricular, a gestão participativa, a construção de uma comunidade de aprendizagem (Libâneo, 2012, p. 441).

Ou seja, a gestão escolar possui uma cultura organizacional que manifesta seus conhecimentos e valores, podendo ser alterada, a fim de atender as necessidades da comunidade escolar, demonstrando, com isso, o quanto ela é flexível. Nesse sentido, cabe destacar que há diferentes

concepções de gestão: a técnico-científica, a autogestionária, a interpretativa, e a democrático-participativa (Libâneo, 2012). Neste estudo, o foco é a concepção de gestão democrático-participativa, dado que ela é um ponto chave no processo de participação da comunidade escolar na tomada de decisão e delineamento de ações na escola.

Um elemento importante, no que tange a gestão democrático-participativa, é o Projeto Político Pedagógico, documento intrinsecamente coletivo, que pode ser elaborado e reelaborado pela instituição de ensino, conjuntamente com a comunidade escolar, sempre que necessário. Para compreendê-lo, é necessário enxergá-lo para além de um mero documento escolar, cabendo a cada escola, individualmente, “a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico” (Veiga, 2009, p. 164). Ademais, o PPP registra os valores da comunidade escolar, os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, a metodologia do ensino e aprendizagem, bem como as formas de avaliação utilizadas pela escola (Veiga, 1998). Em resumo, é nele que está descrita a vida da escola.

A partir disso, faz-se necessário destacar que o PPP não é um documento estanque, ou que exista apenas para cumprir uma determinação,

O projeto político-pedagógico, como proposta, deve constituir-se em tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional). A esses cabe o papel de liderar o processo de construção, execução e avaliação desse projeto pedagógico (Veiga, 2009, p. 165).

Desse modo, ainda que a sua organização seja de responsabilidade da equipe gestora, a elaboração, a execução e a avaliação do PPP é de corresponsabilidade de toda a comunidade escolar, por ser entendido como um documento coletivo e participativo (Veiga, 2009).

Envolvimento, intenções e caminhos percorridos na feitura dos PPPs

A reflexão aqui apresentada organizou-se a partir dos movimentos provenientes da metodologia de análise desenvolvida no estudo. Com isso, a Análise Textual Discursiva (ATD) oportunizou um intenso movimento de ida e vinda ao material, possibilitando a criação de relações entre os documentos analisados, indicando a presença de categorias ou aproximações de sentido. Em vista disso, este tópico, intitulado “Envolvimento, intenções e caminhos percorridos na feitura dos PPPs”, surgiu a partir da junção de duas categorias intermediárias: “participação e planejamento” e “organização e objetivos”, dado que o conteúdo presente nessas categorias evidenciam aspectos que expressam ideias que se aproximam.

Por isso, essas categorias versam sobre como os PPPs foram pensados, planejados, avaliados e como estão expressos os processos de sua construção. Na análise dos PPPs da Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, viu-se que a construção foi feita junto à participação da comunidade escolar.

Este projeto político pedagógico foi elaborado a partir da contribuição dos agentes que atuam na unidade de ensino, com o propósito maior de definir normas comuns de convivência, cooperação, união e solidariedade entre todos os segmentos (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2011, p. 09, grifos nossos).

Este projeto foi elaborado com a participação de toda a comunidade escolar, priorizando ações no sentido de potencializar as fragilidades da escola. Dessa forma, contribuindo não só para melhorar os índices internos e externos exigidos, bem como seguir Diretrizes e Leis pelos sistemas educacionais, mas principalmente melhorar de forma satisfatória as vivências escolares (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2016, p. 13, grifos nossos).

Os PPPs de 2011 e 2016 usam os termos “contribuição” e “elaborado”, para referir-se ao processo de feitura dos documentos; já a partir do PPP de 2019, são empregados os termos “construído” e “participação”, o que pode indicar uma evolução no entendimento do processo coletivo e participativo da elaboração dos documentos.

É, portanto, instrumento de orientação, e **foi construído, em grupo**,

de maneira democrática, voltado para a formação da Cidadania e de uma Educação de qualidade, com a finalidade de servir de suporte a todo o processo de funcionamento da Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2019, p. 06, grifos nossos).

A feitura do projeto político pedagógico da nossa escola ocorreu coletivamente pela comunidade escolar, com a participação de: professores, pais, direção, equipe de educação e funcionários. Os professores, professoras e a equipe pedagógica assumem a responsabilidade de cumprir permanentemente, com competência e qualidade as metas e objetivos propostos, através do sistemático acompanhamento deste projeto (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2019, p. 09, grifos nossos).

O mesmo foi construído em grupo, de maneira democrática, voltado para a formação da Cidadania a partir de uma educação de qualidade, com a finalidade de servir como instrumento norteador para todo o processo de funcionamento da Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2022, p. 04, grifos nossos).

Ainda que todos os documentos expressem que a comunidade escolar participou da elaboração, apenas o PPP de 2019 descreve quais sujeitos participaram da sua confecção, nomeando-os, conforme apresentado acima. Percebe-se ainda que os alunos não são citados nesse grupo, sujeitos esses que são os que mais recebem interferência das ações escolares e administrativas. Segundo Veiga (2009),

Ao nos referirmos ao projeto político-pedagógico fica claro que construí-lo, executá-lo e avaliá-lo é tarefa da escola; tarefa que não se limita ao âmbito das relações interpessoais, mas que se torna “realisticamente situada nas estruturas e funções específicas da escola, nos recursos e limites que singularizam, envolvendo ações continuadas em prazos distintos (Veiga, 2009, p. 164).

Ao citar que a construção do PPP é “tarefa da escola”, entende-se que sua elaboração envolve todos os agentes escolares que atuam dentro da unidade, sendo, portanto, um ato coletivo, que envolve esforço, planejamento, participação e compromisso.

Em relação à revisão ou avaliação do documento, o único PPP que destaca essas ações com certa periodicidade é o de 2016, ao apresentar que

O nosso Projeto Político Pedagógico será avaliado a cada seis meses,

momento em que estaremos realizando observações na perspectiva de detectarmos as ações que não foram realizadas, buscando implementar as medidas necessárias para realização das que não foram contempladas. Avaliaremos o projeto em reuniões administrativas e pedagógicas semestrais e nas reuniões do Conselho Escolar que servirão para consolidar as propostas de redirecionamento do projeto caso seja necessário, buscando sempre a melhoria da qualidade de prática pedagógica de nossa instituição (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2016, p. 12).

Os PPPs de 2019 e 2022 citam detalhadamente como a revisão e avaliação foram feitas,

Para revisão do documento em vista ao ano de 2015 foi aplicada a metodologia de reuniões com grupos focais, representados por todos os atores da comunidade escolar, e aplicação de questionários que fomentaram discussões e reflexões acerca do projeto político pedagógico como instrumento vivo para mudança e transformação no espaço escolar. O documento foi revisado e atualizado nos itens citados anteriormente. Na atualização para o ano de 2019 foi formado um grupo com representantes dos professores, dos estudantes, equipe gestora, administrativos, terceirizados (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2019, p. 23).

A avaliação e reconstrução coletiva deste projeto fundamentaram-se no que estabelece a LDBEN 9.394/96, no artigo 15, que concerne a escola autonomia pedagógica, administrativa e financeira para elaborar seu próprio projeto político pedagógico, definindo suas metas e traçando os caminhos para cumprimento delas, levando-se em consideração as demandas da sociedade e o papel social da escola. A metodologia empregada fundamentou-se numa concepção pautada em uma abordagem dialógica e problematizadora, viabilizada a partir da organização de comissões formada por professores, estudantes, direção, supervisão, equipe pedagógica de apoio e demais funcionários. Para discussão e definição de diretrizes foram estabelecidas normas e orientações referente às ações educativas cotidianas da escola, com participação de grupos focais compostos por estudantes, pais e outros funcionários, para discussão das questões que geram impacto na aprendizagem e nos aspectos indispensáveis para a melhoria da qualidade do ensino e da educação oferecidos por essa unidade de ensino (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2022, p. 35).

O PPP de 2016 destaca que a avaliação do documento será realizada a cada seis meses, por meio de reuniões administrativas, pedagógicas e do Conselho Escolar; entretanto, é a partir dos PPPs de 2019 e 2022 que a descrição das atividades é aprofundada, destacando que a avaliação ocorrerá por meio de metodologias, como grupo focal, aplicação de questionários, abordagem dialógica e problematizadora e organização de comissões.

É possível apontar que, a partir dos documentos de 2019 e 2022, há um maior aprofundamento teórico no tocante ao uso de citações de autores e estudiosos na temática da gestão escolar democrática. Além do embasamento teórico, tais aspectos podem revelar um esforço em se criar meios de envolvimento e participação da comunidade escolar como um todo.

A existência de uma escola requer o trabalho de muitas pessoas que interferem diretamente no seu cotidiano. Neste sentido, é preciso envolver todos os seus funcionários - da secretaria, limpeza, cozinha, biblioteca, entre outros - na elaboração do Projeto Político-Pedagógico para que este possa retratar a realidade global da comunidade escolar (Pinto e Lima, 2020, p. 41).

Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente (Veiga, 1998, p. 3).

Como afirma Veiga (2009), as alterações do PPP são necessárias e devem resultar de um processo permanente de discussão, avaliação e ajustes. Na análise de todos os documentos em ordem cronológica, é notável o aprimoramento, objetivando a criação e o desenvolvimento de meios que tornem possível um ambiente de construção coletiva. No que diz respeito à construção coletiva do documento, apenas o PPP de 2011 relata dificuldades na participação dos funcionários da escola nas atividades pedagógicas.

Através de reuniões e encontros temos tentado envolver todos os funcionários nas atividades pedagógicas da escola. Essa missão não é fácil uma vez que cada segmento encontra-se envolvido com as atividades inerentes da sua função. Mas, o apoio de todos é fundamental para atingirmos nossos objetivos (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2011, p. 05).

Os demais documentos (sendo os PPPs de: 2016, 2019, 2022 e 2023) não trazem nenhuma dificuldade na participação dos agentes escolares em atividades coletivas. Com isso, infere-se que tal dificuldade relatada no PPP de 2011 tenha sido superada, decorrente das ações citadas anteriormente nos arquivos subsequentes (2016, 2019 e 2022), que descrevem a utilização de metodologias para criação de ambientes que propiciem a participação

coletiva na construção e reconstrução do documento.

A ideia-chave de projeto é, então, de unidade e considera o coletivo em suas dimensões de qualidade técnico-política e de democracia participativa. A construção, a execução e a avaliação do projeto são práticas sociais coletivas, fruto da reflexão e da consistência de propósitos e intencionalidades (Veiga, 2009, p. 165).

Os PPPs também citam orientações de documentos e legislação nacional e municipal, revelando que tais Projetos Político Pedagógicos seguem princípios e diretrizes:

Recorremos também aos PCNs para apresentação dos temas transversais elegendo métodos e atividades que ofereçam experiência de aprendizagens ricas de situações nas quais os alunos possam opinar, assumir responsabilidades, resolver problemas e conflitos e refletir sobre as consequências dos seus atos (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2011, p. 09).

Nosso projeto político pedagógico é um instrumento que vem consolidar e dinamizar ações que legitimam e apoiam interesse de uma coletividade. Baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, Lei 11.274/2006, Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Educação, Plano Municipal de Educação, Proposta Curricular do Município (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2016, p. 08).

O presente projeto político pedagógico vem consolidar e dinamizar ações que legitimam e apoiam o interesse da coletividade, na busca de uma Educação de qualidade e inclusiva. Baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, Lei 11.274/2006, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Plano Nacional de Educação, no Plano Municipal de Educação, nas Propostas Curriculares em nível nacional e municipal (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2019, p. 06).

Baseia-se na constituição federal de 1988; lei federal de nº 8.069/1990- Estatuto da Criança e do Adolescente; lei federal de nº 9394/1996- diretrizes e bases da Educação Nacional; lei federal de nº 13.005/2014- Plano Nacional de Educação; lei federal de nº 13.146/2015- Estatuto da pessoa com deficiência; lei municipal de nº 626/ 2011- plano Municipal de Educação; proposta curricular do município; declaração universal dos direitos humanos de 1948; estudo da História e cultura afro-brasileira e indígena (lei federal de nº 11.645/08); lei federal de nº 13.185/2015 - programa de combate a intimidação sistemática (bullying) e na resolução cne-cp n 2 que trata da base Nacional comum curricular (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2022, p. 04).

É possível perceber que, ao decorrer dos PPPs analisados, há uma

progressão nos documentos e legislações nacionais e municipais citados, não apenas na quantidade de documentos, mas numa maior abrangência de discursos e diversidade de temas. O de 2011 cita apenas a orientação por meio dos PCNs, que se refere à proposta curricular e à escolha de temas de trabalho; o PPP de 2016 cita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA), Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Municipal de Educação (PME) e Proposta Curricular do Município; o de 2019 traz os mesmos documentos que o de 2016. Entretanto, diferentemente do documento de 2016, que insere apenas a Proposta Curricular do Município, o de 2019 inclui também, como é citado no documento, uma Proposta Curricular Nacional.

No PPP de 2022, primeiramente é mencionada a Constituição Federal (CF); seguida da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; a Lei Federal de nº 11.645/08, que versa sobre o estudo da História e cultura afro-brasileira e indígena; a Lei Federal de nº 13.185/2015, sobre o Programa de combate à intimidação sistemática (*bullying*) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ao citar tais documentações, a escola demonstra que houve uma dimensão maior no conhecimento de diretrizes legais e temas emergentes socialmente. Ao trazer à tona o debate sobre situações de diversidade social, o PPP contempla um aspecto democrático, pois insere o debate e a importância de reconhecer direitos de certos grupos sociais, além de várias outras problemáticas.

A gestão democrática é um princípio consagrado no artigo 206, inciso I, da Constituição Federal, e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. A LDB (Lei nº 9.394, de 1996) define também normas de gestão democrática do ensino público na educação básica (Veiga, 2009, p. 166).

É importante destacar que os PPPs relativos aos anos de 2011, 2016 e 2019 também apontam a utilização de alguns recursos financeiros,

Recursos financeiros: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) R\$

6.684,00; programa dinheiro na escola (PDE) R\$ 2.400,00 (PPP 2011, p. 07).

Serão utilizadas, as verbas recebidas pela escola para execução do PPP, sob a competência do C.E (Conselho Escolar). As verbas são de R\$ 3.800 da segunda parcela do PDDE de 2014, liberadas em fevereiro. Esta verba foi destinada, a partir da reunião do C.E para compra de material escolar/pedagógico (materiais diversos) necessários para execução das ações. Estamos também à espera das verbas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Escolar (PADE) que não sabemos o valor para podermos comprar os outros materiais pedagógicos necessários para o bom desempenho do ano letivo. Estamos enviando em anexo uma consulta de preços de alguns materiais que utilizaremos para a realização do projeto (PPP 2016, p. 11).

Serão utilizadas, as verbas recebidas pela escola para execução do PPP, sob a sobre a competência do C.E (Conselho Escolar). As verbas do PDDE de 2019 somam R\$ 14.660,00. Sendo este valor dividido em duas parcela no valor de 7.330,00, a primeira paga em maio e a segunda sem data prevista. A verba foi destinada, a partir da reunião do C.E para compra de material escolar/pedagógico (materiais diversos) necessário para execução das ações. Os valores totais são: 11.728,00 (de custeio) e 2.932,00 (de capital). Recebemos ainda verbas do programa novo mais alfabetização, para pagarmos ao auxiliar que desenvolve as atividades de alfabetização e letramento com os alunos do projeto. Ainda não recebemos os valores, o projeto ainda não teve início. Outra verba vem do programa de apoio ao desenvolvimento escolar (PADE), com previsão de saída em agosto, os valores também não nos foi informado. A escola conta ainda com doações da comunidade, que nos auxilia principalmente para que possamos fazer as festividades do dia da criança. As gestoras, supervisoras, secretária e docentes ainda se cotizam para auxiliar na realização dessa festividade tão significativa para as nossas crianças (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2019, p. 18).

Os PPPs de 2016 e 2019 detalham com maior cuidado o dinheiro utilizado e as fontes de financiamento, o que permite apontar que há uma autonomia financeira da instituição no uso dos recursos, pois são direcionados a partir das necessidades existentes, já que essa decisão foi tomada por meio do Conselho Escolar. Já os PPPs de 2022 e 2023 não especificam os recursos financeiros recebidos pela instituição, tampouco sua destinação.

Em vista do exposto, com o intuito de apresentar o Projeto Político Pedagógico como ferramenta de consolidação da gestão democrática, fica demonstrado que o processo de construção deste documento na Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto deu-se de forma participativa, uma vez

que os movimentos que perpassam a construção e reconstrução do PPP se deram de forma colaborativa e fundamentados nos princípios da gestão democrática previstos na legislação.

Ações e sentidos da gestão democrática

Os movimentos inerentes à análise realizada neste estudo conduziu à reflexão acerca de “ações e sentidos da gestão democrática”. Tal reflexão emergiu a partir da ocorrência da categoria intermediária “Princípios e conceitos da Gestão Democrática”, a qual indicava compreensões sobre a gestão democrática presente nos PPPs. Entretanto, nas leituras, foi possível observar que tais conceitos estavam engessados e, a partir de um novo olhar, convergimos para a reflexão sobre as ações e sentidos da gestão democrática, uma vez que o PPP é, em si, resultado de práticas de uma gestão democrática, uma vez que ele é concebido coletivamente. Nesse sentido, aqui, compreendemos, por ações e sentidos, o que pode ser feito, as práticas, como são expressas ou percebidas, e observamos como isso é colocado nos textos, para que essa gestão democrática se efetive.

Destaca-se ainda o fato de que iniciamos a análise tentando compreender a concepção de gestão democrática e seus princípios expressos nos PPS, e, a partir disso, foi possível perceber que tal categoria emergiu no modo pelo qual a gestão democrática era apresentada nos textos, através das ações ou situações propiciadas pela gestão escolar. Ao traduzir como tais processos eram feitos, ao descrever encontros, reuniões, quem participou e quais ações eram ou seriam tomadas, foi possível pontuar princípios da gestão democrática nos PPPs da escola investigada neste estudo.

Para efetivarmos todas as propostas aqui explicitadas, temos como objetivos ações que serão de responsabilidade da nossa comunidade escolar (Equipe técnica, funcionários, professores, alunos e pais), os objetivos deverão ser alcançados durante o ano letivo de 2016. 1) Dinamizar o processo de gestão compartilhada e democrática, estimulando a participação de todos visando à construção de uma sociedade mais solidária. Ação: Realizar reuniões com diversos segmentos da escola para representação e atuação do C.E, e na

tomada de decisões referentes às ações para melhoria no funcionamento da escola; 5) Fortalecer o relacionamento da escola com a família e a comunidade. Ação: Realização de plantões pedagógicos a cada término da unidade. Realização de reuniões de pais e Mestres. Vivenciar junto aos pais, as datas comemorativas na escola. Promoção de palestras para os pais, alunos e comunidade; 9) Maior participação da comunidade no C.E. Ação: Promover reuniões para esclarecer a comunidade escolar sobre as atribuições do C.E; 10) Promover aquisição de mobiliário e utensílios para o funcionamento da escola. Ação: Realizar reuniões do Conselho Escolar para tomadas de decisões referentes à utilização das verbas do PDDE” (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2016, p. 05 e 06).

Para efetivarmos todas as propostas aqui explicitadas, temos como objetivos ações que serão de responsabilidade da nossa comunidade escolar (Equipe técnica, funcionários, professores, alunos e pais), os objetivos deverão ser alcançados durante o ano letivo de 2019. 1) Dinamizar o processo de gestão compartilhada e democrática, estimulando a participação de todos visando a construção de uma sociedade mais solidária. Ação: realizar reuniões com diversos segmentos da escola para representação e atuação no C.E, e na tomada de decisões referentes às ações para melhorias no funcionamento da escola; 5) fortalecer o relacionamento da escola com a família e a comunidade. Ação: realização de plantões pedagógicos a cada término da unidade. realização de reuniões de pais e mestres. vivenciar junto aos pais, as datas comemorativas na escola. Promoção de palestras para os pais, alunos e comunidade; 9) Maior participação da comunidade escolar no C.E. Ação: Promover reuniões para esclarecer a comunidade escolar sobre as atribuições do C.E. Ação: dia da família. Palestras para os pais dos alunos e oficinas para os alunos com intenção de sensibilizar sobre a importância dos laços familiares; objetivo: promover a interação entre pais, estudantes e escola; 14) reuniões. Ação: reuniões mensais (professores, gestão, conselho escolar, supervisão, serviços gerais); objetivo: realizar reuniões com os diversos segmentos da escola” (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2019, p. 24 a 26).

Ao analisarmos conjuntamente os cinco PPPs, concluímos que eles expressam, em seus textos, a descrição de ações na intenção de atingir determinados resultados. Os documentos citados acima, referentes aos anos de 2016 e 2019, trazem poucas modificações, assim como os de 2022 e 2023, que também possuem praticamente os mesmos textos, o que pode indicar que as ações continuam iguais e houve pequenos ajustes e atualizações nos PPPs.

No tocante à participação, como afirma Libâneo (2012), ela é o principal meio de assegurar que a gestão democrática seja efetivada, dado que possibilita o envolvimento de todos os agentes nas tomadas de decisão e a

organização da escola de modo geral.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável à maior aproximação entre professores, alunos e pais. Nas empresas, a participação nas decisões é quase sempre estratégia que visa ao aumento de produtividade. Nas escolas também se buscam bons resultados, mas há nelas um sentido mais forte de prática da democracia, de experimentação de formas não autoritárias de exercício do poder, de oportunidade ao grupo de profissionais para intervir nas decisões da organização e definir coletivamente o rumo dos trabalhos. O conceito de participação fundamenta-se no princípio da autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios, isto é, para a condução da própria vida. Como a autonomia se opõe às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições dá-se pela participação na livre escolha de objetivos e processos de trabalho e na construção conjunta do ambiente de trabalho. A participação significa, portanto, a intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola (Libâneo, 2012, p. 450 e 451).

Desse modo, em alguns trechos dos PPPs analisados aparece a indicação da participação coletiva.

Para efetivarmos todas as propostas aqui explicitadas temos como objetivo nossas metas e ações, as quais serão de responsabilidade da nossa comunidade escolar (Equipe técnica: funcionários, professores, alunos e pais)” (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2011, p. 13).

Portanto, para que esta prática se concretize é necessário que se construa uma gestão democrática que só é possível com planejamento participativo que conta com envolvimento dos segmentos representativos da comunidade escolar, nos processos de tomada de decisão, bem como na definição de metas e estratégias de ação, demandando por parte de todos os compromissos, cumplicidade e co-responsabilidade na consecução de objetivos definidos” (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2011, p. 09).

A gestão administrativa está baseada nos princípios de gestão democrática, sendo composta por equipe gestora, equipes técnicas e conselhos que trabalham, conjuntamente e em parceria com outras instituições sociais, para oferecer um serviço Educacional qualificável e reconhecido pela comunidade de órgãos competentes. [...] Portanto, faz-se necessário que, toda comunidade escolar esteja engajada nesse processo dinâmico que é o ensinar e o aprender, para que tudo o que está posto nesse projeto seja de fato

realizável e realizado, dado a sua notória significância (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2022, p. 06 e 07).

O PPP de 2011 apresenta os conceitos de gestão democrática ao longo do texto, mas de modo mais sucinto e direto. Só a partir dos PPPs subsequentes (2016, 2019, 2022 e 2023) é que percebemos um maior aprofundamento teórico no tema da gestão democrática, citando estudiosos e trabalhos acadêmicos importantes nessa temática, o que pode indicar que, além de uma atualização do documento, buscou-se uma maior profundidade por estudos e compreensão acerca da gestão democrática.

Em uma determinada parte, o PPP de 2011 menciona a dificuldade das famílias atendidas pela escola no que diz respeito à participação na vida escolar dos filhos:

A nossa clientela em sua maioria é de baixo poder aquisitivo, vivendo de subemprego ou trabalho assalariado. A ausência dos pais na participação da vida escolar dos filhos se dá ora por questões de trabalho e também por apresentar baixo índice de escolaridade. Alguns pais se envolvem com as dificuldades enfrentadas pela escola e sempre que possível contribuem para solucionar os problemas existentes (Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, 2011, p. 07).

Mas não é expresso, em nenhum outro momento, que tal fator impediu ou impossibilitou que as ações de cunho coletivo fossem realizadas, ou que atrapalhasse as atividades da gestão. Como essa observação não esteve presente nos PPPs seguintes, sua ausência pode indicar que tal dificuldade foi sanada.

Como afirma Veiga (1998), a feitura do PPP é, em essência, um processo de gestão democrática, porque a sua construção convida à participação coletiva da comunidade escolar. Se assim não for, não é um documento que expresse a comunidade escolar de fato.

A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico (Veiga, 1998, p. 6).

Portanto, a participação da comunidade escolar na elaboração do PPP é um processo essencial, além de indicar um movimento de construção coletiva, de oportunidade de reconhecimento das dificuldades existentes entre as pessoas que compõem a escola, intenção de superação de dificuldades instaladas e o exercício da democracia, de modo que todos se reconheçam nela.

Desse modo, considerando o PPP como uma ferramenta de consolidação da gestão democrática, as ações e sentidos observados durante o estudo demonstram que o processo de construção desse documento na Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto deu-se de forma colaborativa. Além disso, as ações e sentidos também indicam a proximidade dessas ações ante às previsões legais de instrução da gestão democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso de análise dos PPPs foi inicialmente trabalhoso. Porém, a opção de escolha metodológica envolvendo a Análise Textual Discursiva (ATD) possibilitou um intenso movimento de construção e reconstrução das pesquisadoras, bem como o aprofundamento do estudo, fazendo emergir as considerações aqui expressas.

Os processos de elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos da Escola Municipal Nossa Senhora do Loreto, ao que foi citado nos documentos referentes aos anos de 2011, 2016, 2019, 2022 e 2023, foram vivenciados pela comunidade escolar através da participação coletiva. Conforme destacado nos documentos, a construção foi vivenciada por meio de encontros em grupo, os ambientes foram momentos propiciados através do Conselho Escolar ou na criação de momentos conduzidos por metodologias que facilitam a participação do grupo, como foi o caso do recurso de grupo focal.

Os PPPs também citam documentos e legislações municipais e nacionais, demonstrando que seguem princípios e diretrizes, tendo em vista que a gestão

democrática é citada na própria Constituição Federal de 1988. Ademais, os PPPs apontam o uso de recursos financeiros e sua distribuição, demonstrando que a destinação se deu por meio de decisões tomadas a partir de encontros do Conselho Escolar. Fora isso, todos os documentos também trazem a descrição de ações e objetivos para se consolidar os princípios da gestão democrática.

De tal modo, os PPPs da instituição apontam que a feitura deles envolve os princípios da gestão democrática, no tocante à autonomia, participação e descentralização, dado que o princípio democrático é consolidado quando permite tais ações e convida a atuação coletiva, não apenas na participação de todas as pessoas, mas também na corresponsabilidade de ações que é visível na escrita dos PPPs aqui analisados.

Ademais, percebe-se que as categorias que emergiram da análise dos PPPs, a saber: “Envolvimento, intenções e caminhos percorridos na feitura dos PPPs” e “Ações e sentidos da gestão democrática” indicam que, nos textos, há a descrição da participação dos agentes escolares na construção dos documentos. Em suma, é notória a evolução nos textos, tanto nos aspectos da escrita, que envolvem mais embasamento teórico, quanto nos que demonstram os princípios da gestão democrática no âmbito escolar.

Todos os PPPs pontuam, de algum modo, nas feitura dos documentos, o processo de elaboração e os participantes, como também sinalizam as revisões ou atualizações nos arquivos. Ainda no âmbito da gestão democrática, os cinco documentos apresentam, em várias partes, os princípios desse tipo de gestão, no tocante à participação, descentralização e autonomia da instituição.

Por fim, dado o fato de o presente trabalho ser uma análise documental, não podemos afirmar com consistência que tais concepções estão sendo postas em prática, mas nos possibilita analisar que a instituição possui os PPPs, e que tais documentos são construídos e atualizados com certa periodicidade. Sendo assim, essa observação indica a possibilidade de trabalhos futuros que agreguem pesquisas de campo sobre a temática.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
Acesso em: 02 set 2023.
- ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO LORETO. **Plano Político Pedagógico [PPP]**. Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco, 2011.
- ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO LORETO. **Plano Político Pedagógico [PPP]**. Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco, 2016.
- ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO LORETO. **Plano Político Pedagógico [PPP]**. Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco, 2019.
- ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO LORETO. **Plano Político Pedagógico [PPP]**. Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco, 2022.
- ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO LORETO. **Plano Político Pedagógico [PPP]**. Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco, 2023.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. (org. Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
- LUCK, Heloísa. Fundamentação e princípios da educação e da gestão escolar. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**. *Ciência & Educação*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

PINTO, J. M.; LIMA, D. V. C.. **Gestão democrática no contexto escolar.** Justitia Liber, v.2, n.1, p.33-44, 2020.

TAUCHEN, Gionara. **Gestão escolar democrática: apontamentos sobre os princípios e funções de organização.** In: Gestão e organização escolar. (org. Gionara Tauchen). Rio Grande: Editora da FURG, 2013.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade.** Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan/jun, 2009.

Recebido em: 25/04/2024.

Aprovado em: 05/10/2024.

Publicado em: 31/01/2025.